



Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

Os partidos, as esquerdas, as mulheres e a democracia: entrevista com Céli Regina Jardim Pinto

Douglas Souza Angeli¹
Paula Vanessa Paz Ribeiro²

Céli Regina Jardim Pinto é professora titular na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), exercendo a docência no Programa de Pós-Graduação em História. Também na UFRGS cursou a graduação em História e obteve o título de mestre em Ciência Política. Realizou seu doutorado em Ciência Política na University of Essex na Inglaterra. Realizou pós-doutorado nas seguintes instituições: University of California, nos Estados Unidos; Freie Universität Berlin, na Alemanha; e University of Oxford, na Inglaterra. Sua dissertação de mestrado teve como título *Contribuição ao Estudo da Formação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR)*. Na temática dos partidos políticos, além de artigos sobre o PRR, organizou obras como *Partidos no Cone Sul novos ângulos de pesquisa*, além de orientar teses e dissertações sobre partidos e publicar artigos, capítulos e livros sobre as eleições no Brasil. Sua tese de doutorado, defendida em Essex sob orientação de Ernesto Laclau, teve como título *Positivism – an alternative political project in the Old Republic in Brazil*.

Pesquisadora 1B do CNPq, sua produção científica compõe-se de livros, capítulos e artigos sobre Teoria Política, enfatizando teoria da democracia e teoria feminista, bem como política brasileira, feminismo e participação política. Recentemente, publicou os seguintes artigos: *Mulheres com carreiras políticas longevas no Legislativo Brasileiro*; *Elas não ficaram em casa. As primeiras mulheres deputadas nos anos de 1950 no Brasil*; e *A trajetória discursiva das Manifestações de Rua no Brasil (2013-2015)*. Circundando estes temas, a professora Céli nos concedeu

¹Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. douglasangeli@hotmail.com.

²Professora da EMEB Antônio Saint Pastous de Freitas, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em História pela Universidade Federal de Santa Maria. paulavpaz@gmail.com.

gentilmente essa entrevista para a revista *Aedos*. Nela, há importantes reflexões sobre o momento atual da política brasileira e uma percepção histórica acerca do papel dos partidos políticos, da relação entre as esquerdas e a democracia, das causas da pouca representatividade das mulheres no parlamento brasileiro e do processo político que desagua nas eleições de 2018.

Douglas Angeli: Professora Céli, a senhora começou estudando o Partido Republicano Rio-Grandense, organizou obras sobre partidos políticos na América Latina e já orientou trabalhos de mestrado e doutorado sobre partidos. Fazendo um apanhado geral, o que se pode dizer com relação aos partidos políticos brasileiros, suas características e peculiaridades? Qual o papel dos partidos políticos hoje, e especialmente, nesse momento de instabilidade política?

Céli Pinto: É possível responder essa pergunta a partir de duas chaves: primeira, o que são os partidos políticos brasileiros; segunda, qual o papel dos partidos. O que são os partidos políticos brasileiros? Há sempre um senso comum quando se fala nos partidos políticos no Brasil, que os partidos políticos não são ideológicos, que os partidos políticos não são programáticos, o que é um engano. Se nós observarmos os partidos políticos desde a redemocratização em 1946, tirando o período militar – mas até mesmo incluindo o período militar – e depois com a redemocratização e a reforma partidária em 1979, vemos um padrão ideológico bem claro nos partidos políticos até hoje. Nós temos sempre partidos claramente de centro-direita, partidos claramente de centro-esquerda e partidos de centro que organizaram por longo período a política brasileira. Obviamente que à direita da centro-direita sempre vão aparecer partidos da extrema direita e à esquerda da centro-esquerda vão aparecer partidos de esquerda, mas o padrão era esse até agora. Se observarmos a chamada democracia populista – por mais que eu não goste da denominação para definir 1945-1964 – veremos lá uma UDN e um PTB na centro-direita e na centro-esquerda, um PSD no centro, depois veremos um PRP, um partido de feição integralista na extrema direita, e o PCB na outra ponta. No período militar, por mais artificial que tenha sido, a ARENA e o MDB tinham duas posições bem distintas. E posteriormente, quando acaba o bipartidarismo e se institui o pluripartidarismo como temos ainda hoje, vemos claramente um partido de centro-direita que seriam o PP e o DEM, na centro-esquerda o PT, o PDT o PSB, e temos um

centro com o PSDB, MDB e PSDB. No Brasil há 30 partidos representados na Câmara dos Deputados, apesar disso essa estrutura se mantém mais ou menos igual com algumas variações. Nós temos vários partidos na Câmara com um deputado só, na sua grande maioria de partidos de extrema-direita e aí que reside essa imensa fragmentação partidária, de que se fala no caso brasileiro, mas que se resume a esse campo de partidos de aluguel, de partidos fisiológicos. Mas, o que é importante pontuar é que essa estrutura centro-direita, centro e centro-esquerda continua fundamental para a democracia brasileira. Essa estrutura partidária foi muito bem montada. Evidentemente que ela se rompe em algum momento, com PRN que era o partido do Fernando Collor – que não existia e continua não existindo – e, agora, com o PSL do Jair Bolsonaro – que venceu as eleições e, ao contrário do partido de Collor, faz uma bancada expressiva na Câmara dos Deputados. Estas duas eleições são momentos rompimentos dessa estrutura e por isso estamos em um momento tão grave da política brasileira, pois há um rompimento de uma estrutura político-partidária que sustentava a democracia brasileira desde a década de 1980 bem como sustentou entre 1945 e 1964. Uma estrutura que, repito, se baseia na centro-esquerda e na centro-direita, com partidos importantes como o PSDB, o MDB, o PT e o PDT que são estruturantes da política brasileira. Então, quando surgem *outsiders*, temos uma questão muito complicada. O momento é muito complicado porque o PSL não é em si um partido, mas uma avalanche que veio com Bolsonaro e que não sabemos a que vem exatamente, um crescimento do chamado baixo-clero, com uma massa de deputados novos e essa renovação é péssima.

Paula Ribeiro: As eleições legislativas desse ano atingiram altas taxas de renovação política tanto na Câmara dos Deputados (52%) quanto na Assembleia Legislativa (56%). Como a senhora analisa esse aumento da renovação parlamentar?

Céli Pinto: Ao contrário do que diz o senso comum, essa alta renovação é algo tóxico para a democracia. Há imagens de senso comum muito batidas pela mídia no Brasil, por exemplo de que o político profissional é algo deprimente. Não é. Pierre Bourdieu demonstrou, com grande habilidade, que os políticos profissionais constroem a política. Essa é uma ideia de que a cada quatro anos temos de pegar um grupo de pessoas que jamais soube nada sobre o funcionamento da política e jogá-los na política para que faça algo maravilhoso. Não vai fazer. Até que os eleitos entendam como funciona a estrutura, acabaram-se os quatro anos de mandato. Nessa visão negativa do político profissional, os candidatos se apresentam como não sendo políticos

profissionais. Então a alta renovação é muito ruim. Obviamente que tem de haver alguma renovação, mas a alta renovação não é boa para a democracia. Isso nos leva a pensar na outra pergunta, sobre o papel dos partidos políticos. Não existe democracia sem partidos políticos, estou absolutamente convencida de que os partidos são fundamentais para qualquer regime democrático. Em 2011 tivemos as manifestações pelo mundo, como a primavera árabe e os movimentos na Espanha. Se nos perguntarmos onde houve consequências benéficas para a democracia após esses movimentos, teremos Espanha e Tunísia. Na Espanha, temos o surgimento de um novo partido político, o Podemos. No processo de democratização da Tunísia, também vemos o papel dos partidos. Não se pode pensar que os partidos não servem para nada. Essa é uma ideia de fragmentação completa. Se não há partidos que organizem as posições políticas dentro de um país, o que teremos é cada um com um cartaz dizendo “eles não nos representam”, como aconteceu no Brasil em 2013. E isto é a negação da política, que está perigosamente perto de soluções autoritárias.

Douglas Angeli: No início da década de 1980 o Brasil viveu um momento de valorização da democracia e do voto, com o movimento das Diretas Já e, depois, com a Assembleia Nacional Constituinte. Trinta anos depois da promulgação da Constituição Cidadã, estamos vivendo um momento de forte rejeição à política, à democracia e aos Direitos Humanos. O que faltou para que tivéssemos, em nossa sociedade, uma valorização da democracia e dos Direitos Humanos?

Céli Pinto: O que aconteceu no Brasil foi um conjunto de questões bastante complicadas a partir de 2013 e que chegam a 2018, mas há um antecedente que é em 2005. Por um lado, há a erosão da hegemonia do discurso petista. É um discurso que articulou, em certo momento, as visões políticas de uma vasta parcela da sociedade brasileira. Em 2005, com o mensalão, o PT começa a perder com parte da população a sua credibilidade, pois o partido havia se colocado como a sigla da retidão moral. Os efeitos desse caso são muito graves para o PT. O Supremo Tribunal Federal, sob a presidência de Joaquim Barbosa, vai condenar o José Dirceu em 2012. Há sete anos de sangria nesse processo. As manifestações de 2013 também devem ser pensadas levando em consideração essa erosão da hegemonia do PT como partido popular e capaz de angariar uma quantidade imensa de votos – tão grande que consegue reeleger Dilma Rousseff em 2014. No Brasil, 2013 é, acima de tudo, a expressão do fim da hegemonia do PT nas ruas e na centro-esquerda. Foram manifestações que em um curto espaço de tempo passaram de protestos pelo passe livre, com feições de esquerda, para um

movimento claramente de direita. Isso é importante para se pensar como nós chegamos até aqui. O que devemos analisar é uma dinâmica da política brasileira nesse processo histórico que nos leva a isso. Nós temos, por outro lado, um expressivo crescimento das Igrejas neopentecostais, que de alguma forma substituem esse discurso popular por um discurso radical de direita, moralista, homofóbico, altamente conservador. Outro fator interessante a se observar é uma vasta parcela da população que durante os governos petistas foi chamada, talvez erroneamente, de nova classe média. Ali o PT formou uma massa de gente que viria a votar contra ele. Essas pessoas são as que tiveram acesso à universidade, a programas como Minha Casa, Minha Vida, Mais Médicos e uma valorização real do salário mínimo. É normal que tenha acontecido assim: a não ser que se tenha uma militância política muito clara, quando se trabalha uma vida inteira, se trabalha duro e se consegue comprar uma casa ou apartamento, as pessoas atribuem isso ao seu esforço pessoal e não a uma política pública. Em grande medida elas têm razão: adquiriram aquilo por esforço, porque trabalharam. Mas isso só foi possível porque havia uma política pública. Não fosse isso, elas poderiam trabalhar a vida inteira e continuar sem a casa própria. Essa associação entre o esforço pessoal e a política pública não foi feita, por culpa, inclusive, do próprio PT, que começa a criar um consumidor não somente de bens que antes não consumia, mas um consumidor de políticas públicas. Então todo esse esforço de melhoria que foi importante na história do Brasil – pela primeira vez um partido faz um esforço real de reduzir a desigualdade social – não foi articulado a uma nova forma de se pensar o Brasil. Esse grupo de pessoas agora abandonou o PT. É sempre preciso considerar os resultados eleitorais anteriores para se entender melhor o quadro: de 1994, na primeira eleição do Fernando Henrique Cardoso, até 2014, com a reeleição de Dilma Rousseff, Fernando Henrique se elegeu duas vezes em primeiro turno; Lula se elegeu duas vezes no segundo turno, bem como a Dilma. Então é preciso ter claro que havia *grosso modo* metade da população brasileira que não era petista e nunca votou no PT. Essa perda que o PT teve agora não foi a perda de uma grande quantidade de votos, é uma perda que está localizada nessa fração chamada classe C. Outro fator a ser considerado, na crise atual, é a crise do PSDB, importante para explicar o que acontece hoje no Brasil. Os votos que migraram do PT para Bolsonaro são uma pequena parte. O grande fator explicativo da vitória de Bolsonaro é a crise da centro-direita no Brasil. Uma das razões básicas dessa crise foi a aposta errada que o PSDB fez no governo Temer, de que de haveria uma recuperação na economia que lhe permitiria deslanchar a partir daí. Mas, principalmente a partir de

maio de 2017, o governo Temer, com a divulgação dos áudios com Joesley Batista, não fez mais nada senão criar formas de se defender e se manter no governo. É inacreditável que alguém que tenha governado o Estado de São Paulo por duas vezes tenha obtido menos de 5% dos votos. As apostas do PSDB na direita foram muito desastrosas, a começar pelo impeachment de Dilma Rousseff. O Brasil vinha muito bem em termos de democracia quando havia dois grandes blocos que se enfrentavam nas eleições: PSDB e PT. Quando isso ruiu, o PSDB sabia brigar com o PT, mas não sabia brigar com Bolsonaro. A cabeça ideológica do PSDB não foi feita para brigar com a extrema-direita e sim com a esquerda. O PT também não sabia como brigar com a extrema-direita. O que havia era Fernando Henrique e Lula trocando gentilezas em debates. A campanha da extrema-direita desestruturou os dois grandes partidos. E depois veio o caso da facada e ninguém sabia o que fazer. O PSDB morreu. Dificilmente vai se recompor como partido. Então, voltando a tua pergunta, não é o que faltou, mas o que aconteceu. Há também os quatorze anos de PT no governo, que é desgastante para qualquer partido. A forma como a corrupção foi associada ao PT também foi muito bem-sucedida, mas não por quem queria tomar o poder, o PSDB, apostando em tirar o PT, tentou acabar com o PT sendo inclusive um *player* chave no processo de impeachment de Dilma. Mas o resultado não foi satisfatório para os tucanos: não acabaram com o PT, que saiu das eleições derrotado para presidência, mas com a maior bancada na Câmara de Deputados e com um expressivo número de governadores.

Douglas Angeli: Em vários períodos da nossa República, partidos de esquerda defenderam um discurso revolucionário e rejeitaram a participação eleitoral, ou participaram de eleições apenas para denunciar o que seria a farsa da democracia representativa. Por outro lado, o Partido dos Trabalhadores gradualmente se tornou uma sigla capaz de vencer eleições para o Poder Executivo e eleger bancadas expressivas no Congresso Nacional, conseguindo, por meio do voto, implementar parte de seu programa. Durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff, o PT, outros partidos de esquerda, sindicatos e movimentos sociais convocaram manifestações contra o golpe e a favor da democracia. Qual balanço a senhora faz dessa relação entre as esquerdas brasileiras, a democracia representativa e o voto? E, para estas esquerdas e seus projetos, quais os limites dessa democracia?

Céli Pinto: Se nós observarmos um processo mais longo, vamos ver que durante boa parte do século XX a democracia era algo que combinava muito bem com os

Estados Unidos e com a Inglaterra. Em geral, a direita não era democrata, era fascista desde a década de 1920; e a esquerda também não era democrata, a esquerda era revolucionária e associava a democracia à “democracia burguesa”. A democracia era algo escorregadio, que era sempre associada à palavra “liberal” e aos Estados Unidos ou à Inglaterra. Então as esquerdas e as direitas não eram democratas, especialmente na América Latina. A UDN, que se dizia liberal, no Brasil sempre bateu às portas dos militares pedindo golpes de Estado. Então a democracia era um discurso para tentar tirar o outro do poder. No Brasil, antes de 1964, o que temos como esquerda revolucionária é o PCB, um partido de inspiração soviética, muito pouco independente. Havia aí um profundo desprezo pela democracia. Durante a ditadura, os partidos de esquerda vão se tornar revolucionários no sentido de partirem para a guerrilha. Havia todo um imaginário na América Latina com relação à guerrilha, a guerrilha que deu certo em Cuba, depois a guerrilha de Che Guevara na América Latina. Mas, acima de tudo, não havia saída. Eu tomei parte na Comissão da Verdade no Rio Grande do Sul e há vários depoimentos de pessoas que foram para a luta armada e o que elas dizem: não tinha saída. Hoje elas pensam: como podiam ter imaginado que com meia dúzia de armas enfrentariam os militares, mas o fato é que não havia outro espaço. O que ocorre na América Latina é que, com as derrotas das guerrilhas, tanto no Brasil como na Argentina e no Uruguai, há todo um processo de luta contra as ditaduras que se apropria de uma ideia de democracia. A primeira vez que a ideia de democracia é importante nas fileiras da esquerda e da centro-esquerda, no mundo, é quando se começa a pensar em democratização da América Latina, na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai essa ideia de democracia aparece de forma muito importante. Também começa a aparecer na Itália com o Partido Comunista Italiano um pouco antes, a ideia de que se deveria disputar o poder nas eleições parlamentares com uma visão contrária à do Partido Comunista Francês muito soviético. Na América Latina, há a publicação de um livro importante do Francisco Weffort, *Por que a democracia?*, onde falava em democracia como valor universal. Agora parece óbvio que todo mundo lute por democracia, mas naquele momento o livro foi debatido, as pessoas leram, foi um acontecimento dizer que a democracia era uma coisa boa. A democracia é, portanto, uma coisa nova para a esquerda. A extrema-direita continua não democrata. Mas na esquerda, mesmo se observarmos alguém como Guilherme Boulos, que é de uma esquerda mais à esquerda, ele disputa uma eleição democraticamente e seu partido o PSOL disputa e ganha eleições legislativas tanto no nível federal quanto nos estados. A direita não, pois temos

Donald Trump, Marine Le Pan, a Liga Norte da Itália, Bolsonaro no caso brasileiro, que são claramente antidemocratas. A democracia, para eles, vai existir enquanto for mais caro acabar com ela. Nas perdas e ganhos da extrema-direita no mundo, a democracia só existe enquanto for mais barata tê-la do que não tê-la. As esquerdas se democratizaram e se reinventaram a partir da crise da União Soviética e do Leste Europeu e, a partir do final do século XX e agora no século XXI, há toda uma ideia na esquerda de radicalização da democracia, tanto teoricamente quanto em termos de movimentos políticos, há a ideia de que é possível chegar a algo parecido com o socialismo através do processo democrático. E uma radicalização da democracia também demonstrando que a democracia representativa tem limites. Surge espaços para junto com a democracia representativa, construir experiências de democracia direta. Um fenômeno que precisa ser melhor estudado são os três primeiros Fóruns Sociais Mundiais que aconteceram em Porto Alegre, ali estava borbulhando uma ideia de uma nova democracia, uma democracia radicalizada ou uma democracia participativa, ou seja, formas de democratizar o poder e não o deixar somente nas mãos de uma elite política. Isso é muito difícil e complicado. As experiências que temos na América Latina com relação a isso não têm sido muito vitoriosas. Mas é evidente que a democracia, da forma como é posta, apenas através pela representação, é muito limitadora. De alguma forma, os governos petistas tentaram algo nesse sentido. O número muito grande de conferências nacionais realizadas durante os governos Lula e Dilma foi algo importante. Por exemplo, as Conferências Nacionais das Mulheres, as quatro conferências envolvendo um número muito expressivo de mulheres, primeiro as conferências municipais, depois as estaduais depois a nacional. Na 4ª Conferência em 2016 150 000 mulheres estiveram diretamente envolvidas. Assim também aconteceu com a Pesca, com Saúde, com a Igualdade Racial, foi um movimento fantástico no Brasil, mas que morreu nele mesmo. São, entretanto, experiências.

Douglas Angeli e Paula Ribeiro: Tivemos, a partir dos anos 1930, a incorporação das mulheres ao eleitorado, sendo elas, hoje, a maior parte desse eleitorado (52%). Nas eleições desse ano, a equiparação salarial entre homens e mulheres foi um dos temas recorrentes, bem como o movimento de mulheres contra o candidato da extrema direita. A senhora tem estudado e publicado artigos sobre a presença das mulheres na política, especialmente sobre as candidatas a deputadas a partir dos anos 1950. Quais são os principais fatores que explicam,

ainda hoje, o baixo índice de representação feminina nos poderes legislativo e executivo? Apesar disso, quais os impactos do voto feminino na política brasileira?

Céli Pinto: Há três aspectos importantes para se pensar a relação entre as mulheres e a política no Brasil. Um deles é considerar que existe um movimento feminista no Brasil que se cria na década de 1970, dentro da chamada segunda onda do feminismo. Nisso, há uma grande politização. Agora foram lançados dois volumes de um trabalho muito grande chamado *O feminismo de Estado*. O Brasil teve um feminismo de Estado nos governos petistas, um feminismo muito politizado e muito demandante de direitos. Quando o PT chega ao governo, as feministas também chegam ao poder. Há uma quantidade expressiva de mulheres feministas ligadas ao PT que assumem posições nos governos. Soma-se a isso, uma das primeiras medidas que Lula tomou em 2006 foi a criação da Secretaria de Políticas das Mulheres com status de ministério. Há também as quatro conferências nos governos Lula e Dilma. Há, portanto, políticas públicas direcionadas às mulheres nesse período, tanto em termos de saúde reprodutiva, a questão da violência, do trabalho, questão racial, etc. No Brasil houve uma lua de mel entre feminismo e Estado durante 14 de governos Lula e Dilma. Isso foi uma parte da história. A outra parte é a história das mulheres com a política. Essa é uma história de fracasso. Até esse momento, na América Latina, somente o Haiti tem menos mulheres do que o Brasil no parlamento. Isso é muito difícil de ser mudado. Mesmo com algum crescimento nas eleições de 2018, há poucas mulheres no parlamento. Foi eleita uma única governadora de Estado que é a Fátima Bezerra no Rio Grande do Norte – que era uma senadora de altíssimo nível. Por que há tão poucas mulheres? As mulheres não entraram na política por várias razões. Primeiro que os partidos políticos brasileiros são sexistas, misóginos, machistas e homofóbicos. Quando eu entrevistava mulheres candidatas a vereadoras, a primeira coisa que as mulheres falavam: meu maior inimigo é o próprio partido. De esquerda e de direita. As oligarquias partidárias no poder em todos os partidos são masculinas e oferecem muita resistência. Colocar candidatas mulheres e não dar dinheiro, não dar espaço junto ao candidato da majoritária, não dar espaço de televisão, não adianta. Eleição se ganha com espaço público e com dinheiro. As mulheres não ganham nem dinheiro nem espaço. Então ficam as candidatas-laranja. Soma-se a isso uma estrutura familiar extremamente conservadora no Brasil. Bolsonaro não vence com esse discurso assustador contra ideologia de gênero porque ele é doido, doido ou não, está interpelando alguns valores muito entranhados na sociedade brasileira. Vamos a um exemplo: imaginemos um

homem de 35 anos que tem um filho de quatro anos e outro de dois, mora em Livramento, no interior do Rio Grande do Sul e é deputado federal. Ele sai segunda-feira de Livramento, chega a Porto Alegre, vai a Brasília fica lá até quinta-feira à noite e volta para Livramento. Isso é completamente normal. Agora imaginemos uma mulher com um filho de dois anos e outro de quatro saindo segunda-feira de Livramento indo para Brasília e voltando sexta-feira todas as semanas, é impensável isso, pois por melhores que sejam as condições econômicas, a mulher gerencia a família no Brasil. Se ela é pobre, não só gerencia mas sustenta a família. As de classe média ou alta, também gerenciam a família. Temos uma estrutura familiar hierárquica e absolutamente conservadora em termos de gênero. Então há dois pesos diferentes. Há muita dificuldade de uma mulher romper essa estrutura. Nenhum país que conseguiu modificar a feição de seus parlamentos o fez sem políticas de cotas reais. No sistema eleitoral brasileiro temos voto proporcional em listas abertas. Ou se criam listas fechadas, mantendo os 30% de mulheres na lista, ou seja, no mínimo uma mulher para cada dois homens, isso garantiria a presença de muitas mulheres no parlamento. Mas em lista aberta, que o eleitor vai lá e vota no seu Joãozinho e não no partido, as mulheres não são eleitas, ficam sempre nas rabeiras das votações. Ou se faz outra coisa: se define 30% de cadeiras para mulheres. Em países onde as mulheres conseguiram espaços criaram-se reais possibilidades de disputa. Não há outra forma. Outra coisa importante é pensar esse movimento do “Ele não”. É um movimento que precisa ser analisado e estudado. Foi uma forma de organização de mulheres feministas ou não, mas um movimento muito importante. Há aí uma nova forma de fazer política. A vitória das mulheres do Partido Democrata nas eleições legislativas nos Estados Unidos está relacionada às manifestações de rua das mulheres contra o governo Trump. As mulheres se organizaram desde o primeiro momento do governo Trump. A renovação na Câmara dos Deputados foi realizada com muitas mulheres, pois o Partido Democrata teve de ir lá buscá-las. Elas surgiram nas manifestações. É importante pensar a manifestação “Ele não” também como viveiro para futuras participações. Houve uma parte da esquerda que chegou a culpar as mulheres pelo crescimento de Bolsonaro, mas o movimento tem um grande potencial. O fato é que da forma que estamos, não vamos sair do lugar. É um absurdo que em 27 estados da federação, tenha sido eleita apenas uma mulher como governadora.